



Estadísticas de Finanças Públicas e Conta Intermediária de Governo: Brasil 2019

ISBN 978-65-87201-29-0
© IBGE, 2020

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em parceria com a Secretaria do Tesouro Nacional e o Banco Central do Brasil, apresenta a sétima edição da publicação *Estadísticas de finanças públicas e conta intermediária de governo*¹, com resultados para o setor institucional Governo Geral, composto pelo Governo Central, Estados e Municípios. Esta edição mantém a sistemática adotada a partir de 2019, quando os resultados publicados passaram a ter como referência o ano imediatamente anterior ao da divulgação. Dessa forma, neste volume, são disponibilizados os resultados de 2019.

As estatísticas ora divulgadas mantêm o propósito de promover o intercâmbio e o compartilhamento de informações contábeis e fiscais entre as bases de dados da Secretaria do Tesouro Nacional, do Banco Central do Brasil e do IBGE para fins de aprimoramento das contas do setor governo. Este estudo é realizado por meio da harmonização de classificações, conceitos e procedimentos e da definição de parâmetros para produção, manutenção e utilização harmonizada e integrada das fontes de dados, visando não só à compatibilização conceitual de tais fontes, como à racionalização da aplicação de recursos públicos na geração e manutenção das referidas bases de dados.

O objetivo principal deste estudo é o de fornecer uma visão geral do vínculo entre as Estatísticas de Finanças Públicas, elaboradas de acordo com o *Government finance statistics manual 2014*, GFSM 2014, publicado pelo Fundo Monetário Internacional - FMI (International Monetary Fund - IMF), e a Conta Intermediária de Governo, que segue as recomendações do manual *System of national accounts 2008*, SNA 2008, destacando as similaridades e as diferenças entre os dois sistemas estatísticos. Simultaneamente, o estudo propicia também uma visão intermediária das contas do setor institucional Governo Geral, que compõe o Sistema de Contas Nacionais - SCN, divulgado anualmente pelo IBGE.

Este estudo mantém a estrutura analítica das edições anteriores, assim como os seus referenciais metodológicos e de fontes, cujas informações estão expressas nas **Notas técnicas**. Ao longo das edições, diversos aprimoramentos metodológicos foram sendo incorporados ao estudo. A partir do exercício de 2019, as bases passaram a incorporar dados da Matriz de Saldos Contábeis - MSC, da Secretaria do Tesouro Nacional, que constitui uma estrutura padronizada que permite compilar informações detalhadas extraídas diretamente da contabilidade de cada ente federativo, evitando-se possíveis falhas no processo de preenchimento com vistas à geração de relatórios contábeis e demonstrativos fiscais exigidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n. 101, de 04.05.2000). De forma complementar, informações dos portais de transparência desses entes também foram utilizadas².

Os resultados apresentados neste estudo, cabe destacar, não substituem e nem se confundem com outras estatísticas relacionadas às finanças públicas, como o Resultado do Tesouro Nacional, divulgado pela Secretaria do Tesouro Nacional, e as estatísticas fiscais divulgadas pelo Banco Central do Brasil, os quais observam aspectos metodológicos específicos.

Principais resultados

No ano de 2019, a Necessidade de Financiamento Líquida do Governo Geral registrada nas Estatísticas de Finanças Públicas manteve a trajetória de queda observada no ano anterior, chegando ao valor de R\$ 366,9 bilhões, com uma redução de 23,9% em relação a 2018. Esse resultado reflete o crescimento de 8,6% da receita total ante uma variação positiva de 4,3% das despesas computadas nos três níveis de governo.

O crescimento de 5,7% das receitas de impostos teve como principais variações positivas as elevações dos impostos sobre renda, lu-

¹ Por decisão editorial, a partir do ano de referência de 2016, a publicação passou a ser divulgada em duas partes: a primeira corresponde a este informativo, que destaca os principais resultados do estudo/pesquisa, e a segunda é constituída por Notas técnicas, entre outros elementos textuais, apresentando considerações de natureza metodológica sobre o estudo/pesquisa. As tabelas completas, as notas técnicas e demais informações sobre o estudo encontram-se disponíveis no portal do IBGE na Internet no endereço: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9083-estatisticas-de-financas-publicas-e-conta-intermediaria-de-governo.html>

² Para informações mais detalhadas sobre o tema, consultar o documento **Notas técnicas** que acompanha o presente informativo.

culos e ganhos de capital (9,6%), em que se destacam a arrecadação dos impostos sobre a renda de pessoa física (13,0%) e os impostos sobre a propriedade (9,1%). Os impostos sobre o comércio e transações internacionais (5,4%) e sobre bens e serviços (3,5%), por outro lado, apresentaram desaceleração em relação a 2018, quando observaram variações positivas de 25,8% e 8,9%, respectivamente. No caso dos impostos sobre o comércio e transações internacionais, a desaceleração se relaciona ao efeito conjunto da queda no valor em dólar das importações (-2,1%) e da elevação da taxa de câmbio média do período (cerca de 8%). No que diz respeito aos impostos sobre bens e serviços, destacam-se, primeiramente, o efeito negativo da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS e da Contribuição para o Programa de Integração Social - PIS, que tiveram impacto do aumento de alíquotas dos combustíveis em 2018 e que foi revertido em 2019, e, em segundo lugar, a variação positiva dos impostos sobre transações financeiras e de capital. Esses últimos observaram um

crescimento de 11,7%, influenciado pelo incremento das operações de crédito, tanto de pessoas físicas como de pessoas jurídicas.

Outras fontes com contribuição relevante para o comportamento das receitas totais estão classificadas no grupo das rendas patrimoniais, que, excluindo-se as receitas com juros, cresceram 93,6% no período. Fazem parte desse grupo as receitas de dividendos, com elevação de 143,2% em relação a 2018, especialmente pelo aumento da distribuição de dividendos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, cuja ampliação foi cerca de R\$ 8 bilhões em 2019. O fator preponderante para o aumento das rendas patrimoniais se associa à arrecadação das concessões de ativos não produzidos, em que se inserem as receitas relativas ao leilão de excedente de cessão onerosa de petróleo ocorrido em novembro de 2019 (cerca de R\$ 70 bilhões), além da concessão de novos campos de petróleo. Esses eventos implicaram numa elevação de 88,1% nas concessões de ativos não produzidos em relação a 2018.

Demonstrativo de finanças públicas (milhões R\$)

Demonstrativo de Operações - Governo Geral	Valores correntes (1 000 000 R\$) (em 31.12)				
	Governo Central	Governos Estaduais	Governos Municipais	Coluna de Consolidação	Governo Geral
Transações que afetam o patrimônio líquido					
1 Receita	2 157 476	926 662	688 621	(-) 684 287	3 088 473
1.1 Impostos	1 017 879	589 425	145 434	0	1 752 738
1.2 Contribuições sociais	686 207	48 174	63 706	0	798 087
1.3 Transferências / Doações	1 055	253 630	390 264	(-) 644 934	15
1.4 Outras receitas	452 335	35 433	89 218	(-) 39 352	537 632
1.4.1 Juros	199 902	2 517	16 207	(-) 39 352	179 273
1.4.2 Outros	252 433	32 916	73 011	0	358 360
2 Despesa	2 572 835	938 485	656 969	(-) 684 287	3 484 003
2.1 Remuneração de empregados	305 740	341 237	313 275	0	960 253
2.2 Uso de bens e serviços	63 040	116 790	205 210	0	385 039
2.3 Consumo de capital fixo	36 873	40 535	37 632	0	115 040
2.4 Juros	511 687	49 108	4 859	(-) 39 352	526 300
2.5 Subsídios	16 433	667	371	0	17 471
2.6 Transferências / Doações	484 082	162 564	748	(-) 644 934	2 460
2.7 Benefícios sociais	1 086 686	192 846	56 266	0	1 335 798
2.8 Outras despesas	68 294	34 738	38 609	0	141 641
Resultado operacional bruto - ROB (1-2+23)	(-) 378 486	28 712	69 284	0	(-) 280 490
Resultado operacional líquido - ROL (1-2)	(-) 415 359	(-) 11 823	31 652	0	(-) 395 530
Transações com ativos não financeiros					
3.1 Investimento líquido em ativos não financeiros	(-) 18 837	(-) 13 168	3 396	0	(-) 28 609
3.1.1 Ativos fixos	(-) 12 698	(-) 13 175	2 939	0	(-) 22 933
3.1.2 Estoques	373	52	457	0	882
3.1.3 Objetos de valor	44	0	0	0	44
3.1.4 Ativos não produzidos	(-) 6 557	(-) 46	0	0	(-) 6 603
Capacidade (+) / Necessidade (-) líquida de financiamento (1-2-31)	(-) 396 522	1 346	28 256	0	(-) 366 920
Itens de memorando					
1. Despesa, excluindo consumo de capital fixo	2 535 962	897 950	619 337	(-) 684 287	3 368 963
2. Aquisição bruta de ativos fixos	24 175	27 360	40 571	0	92 107
3. Capacidade (+)/Necessidade(-) líquida de financiamento primária	(-) 84 737	47 937	16 908	0	(-) 19 893

Fontes: 1. Ministério da Economia, Secretaria do Tesouro Nacional. 2. IBGE. 3. Banco Central do Brasil.
Nota: Informações metodológicas estão disponíveis nas **Notas técnicas** da publicação.

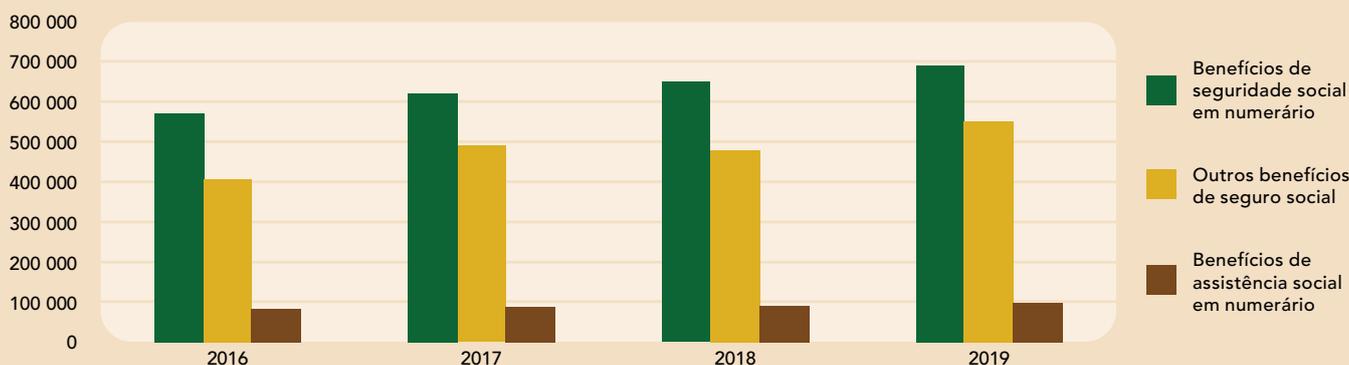
Nas Estatísticas de Finanças Públicas, alguns dos principais componentes do gasto apresentaram desaceleração ou queda, como no caso das despesas líquidas (despesas menos receitas) com juros, que passaram de R\$ 423,9 bilhões, em 2018, para R\$ 347,0 bilhões, em 2019, com uma redução de 18,1% que contribuiu para a diminuição da Necessidade de Financiamento Líquida. As remunerações cresceram 5,4%, influenciadas, especialmente, pela esfera municipal. As despesas com bens e serviços avançaram 2,2%, abaixo da média de crescimento total da despesa. Os benefícios sociais totais, por sua vez, registraram aceleração, com crescimento de 9,7% contra uma variação positiva de 1,6% no ano anterior.

No caso dos benefícios sociais, novamente houve impacto de novas modalidades de saques das contas do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, evento que se observou em 2017, não se repetiu em 2018, e voltou a ocorrer em 2019. Com a edição da Me-

da Provisória n. 889, de 24.07.2019, posteriormente convertida na Lei n. 13.932, de 11.12.2019, foram adicionadas as possibilidades de Saque Imediato para as contas vinculadas até o limite de R\$ 500,00; Saque Complementar para as contas que possuíam até R\$ 998,00; e Saque-aniversário, que passou a permitir ao trabalhador sacar, anualmente, parte do saldo da sua conta.

Os saques do FGTS influenciaram o crescimento dos benefícios em geral, mas em particular a categoria dos Outros Benefícios de Seguro Social da classificação da Conta Intermediária de Governo, que registraram elevação de 15,1%. A evolução dos benefícios sociais desagregados por tipo de transação, incluindo os benefícios da seguridade social, que englobam, principalmente, os do Regime Geral de Previdência Social, evidenciam uma variação positiva de 6,2%, enquanto os benefícios de assistência social (Bolsa Família, Benefícios de Prestação Continuada, entre outros) foram elevados em 7,4%.

Benefícios sociais, por transação (milhões R\$)

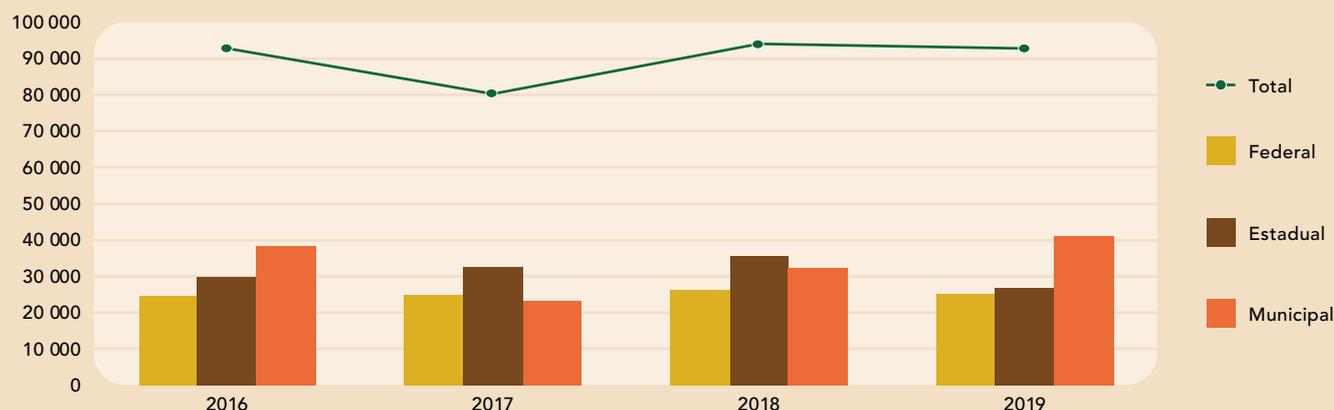


Fontes: 1. Ministério da Economia, Secretaria do Tesouro Nacional. 2. IBGE.

A formação bruta de capital fixo, captada na Conta Intermediária de Governo, que segue as orientações do SNA 2008, apresentou queda em seu valor total, revertendo a recuperação observada no ano anterior, e passou de cerca de R\$ 94 bilhões para R\$ 92,9 bilhões, com uma variação negativa de 1,1%. Essa redução foi mais intensa nos gastos dos governos estaduais, que, no ano anterior, haviam

registrado elevação de 9,4% e sofreram queda de 24,8% em 2019. Na mesma direção, o governo federal apresentou redução de 5,0%, frente a um crescimento de 6,5% observado no ano anterior. Em contraposição aos demais níveis, os governos municipais ampliaram os investimentos em 28,3%, reduzindo a queda do total da formação bruta de capital fixo do setor Governo Geral em 2019.

Formação bruta de capital fixo, total e por esfera de governo (milhões R\$)



Fontes: 1. Ministério da Economia, Secretaria do Tesouro Nacional. 2. IBGE. 3. Banco Central do Brasil.

Uma primeira aproximação do valor adicionado do Governo Geral é apresentada na Conta Intermediária de Governo, e, partir desse agregado, pode-se avaliar sua contribuição para o cálculo do Produto Interno Bruto - PIB pela ótica da oferta no SCN e sua composição entre as esferas de governo. Em 2019, observa-se que o valor

adicionado do governo registrado na Conta Intermediária de Governo alcançou R\$ 1 069,1 bilhão, com um crescimento de 5,1% frente ao ano de 2018. Essa variação foi positiva em todas as esferas, porém mais intensa nos governos municipais (7,0%) e mais baixa nos governos estaduais (3,2%). O governo federal registrou crescimento

de 5,4%, próximo à variação média do setor institucional. Com esse comportamento, os governos municipais ampliaram sua participação em 0,6 ponto percentual no total do valor adicionado do setor, passando de 32,1 para 32,7%, enquanto os governos estaduais perderam 0,7 ponto percentual de participação. ■

Participação das esferas de governo no Valor Adicionado Bruto do Governo Geral (%)



Fontes: 1. Ministério da Economia, Secretaria do Tesouro Nacional. 2. IBGE. 3. Banco Central do Brasil.

Expediente

Elaboração do texto
Diretoria de Pesquisas,
Coordenação de Contas
Nacionais

Normalização textual
Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gerência de Documentação

Projeto gráfico

Centro de Documentação
e Disseminação de Informações,
Gerência de Editoração

Imagens fotográficas
Pixabay

Impressão
Centro de Documentação e
Disseminação de Informações,
Gráfica Digital

Se o assunto é Brasil,
procure o IBGE.



/ibgecomunica



/ibgeoficial



/ibgeoficial



/ibgeoficial

www.ibge.gov.br 0800 721 8181



(21) 97385-8655



IBGE

Links



Tabelas de resultados,
notas técnicas
e demais
informações
sobre a
pesquisa/estudo

<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9083-estatisticas-de-financas-publicas-e-conta-intermediaria-de-governo.html>